

“Não pagaremos a dívida com desemprego”

Sarney - discurso

por Paulo Sotero
das Nações Unidas

Num lance ousado e sem retorno, o presidente José Sarney anunciou ontem ao mundo, ao abrir o debate da 40ª Assembléia Geral das Nações Unidas, em Nova York, que a posição do Brasil em relação à questão da dívida externa “está tomada”. “Optamos por crescer sem recessão, sem nos submetermos a ajustamentos que signifiquem renúncia ao desenvolvimento”, declarou o presidente. “Nosso povo chegou ao limite do suportável. É impossível solicitar sacrifícios adicionais de uma população depauperada”, disse Sarney.

O Brasil decidiu, diante disso, acrescentou, que “não pagará a dívida externa nem com recessão, nem com o desemprego, nem com a fome. Temos consciência de que, a pagar essa conta, com estes altos custos sociais e econômicos, teríamos em seguida de abdicar da liberdade, porque o débito pago com



José Sarney

miséria é conta paga com democracia”.

Os representantes dos 162 países-membros da ONU registraram o lance com uma salva de palmas — a única que interrompeu a fala, de 32 páginas e 55 minutos, do presidente brasileiro.

Sarney denunciou a miopia do “centro do poder mundial”, que ignora “o esforço extraordinário” dos países latino-americanos de criar, sem ajuda nem envolvimento estrangeiros, uma ordem democrática que classificou de “o mais surpreendente e comovedor fato político ocorrido nestes anos”. E advertiu que a so-

sobre a questão da dívida, com o objetivo de pressionar os governos dos países credores a aceitar uma mudança de curso na estratégia ortodoxa até agora usada para remediar o problema.

Falando horas depois de Sarney, perante o mesmo plenário, o presidente do Peru, Alan García, introduziu o primeiro claro elemento de confrontação no debate da dívida, anunciando que o Peru deixará o Fundo Monetário Internacional (FMI) caso, em sua próxima reunião anual, marcada para o mês que vem, na Coreia do Sul, os países industrializados, que controlam a instituição, ignorem as reivindicações peruanas em favor de uma reforma do sistema monetário internacional e de uma distribuição mais equitativa da “liquidez mundial”.

Anteriormente, García já dera dois passos na direção da radicalização, manifestando, primeiro, a intenção de seu governo de ignorar o FMI e buscar uma negociação da dívida

(Continua na página 5)